

Carta unificada dos 4 setores da comunidade UFBA

O governo Bolsonaro já demonstrou que tem como projeto o desmonte dos direitos sociais, dos serviços públicos e a entrega do patrimônio brasileiro, acarretando na ampliação das desigualdades, da exclusão e da dependência econômica e técnico-científica do país. Fazem parte deste projeto os cortes de verbas para a Educação e para a Universidade Pública, aliados às investidas (e investimento) em propagandas difamatórias e desqualificadoras contra estas instituições e suas comunidades. Tal campanha vem sendo alimentada, principalmente, pelo presidente da República e seu ministro da Educação.

Os efeitos dessas ações já estão sendo sentidos no cotidiano das Universidades em todo país: o bloqueio de recursos de custeio, desde abril deste ano, direcionados para manter serviços continuados (água, luz, telefone, vigilância, portaria, limpeza, manutenção, etc.), compromete o funcionamento regular das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No momento, as/os trabalhadoras/es terceirizadas/os, primeiro setor a sentir os danos causados pelo bloqueio, lutam pela permanência de seus empregos. Outro impacto relevante, que afeta a comunidade externa, é o comprometimento dos atendimentos, principalmente de assistência à saúde, realizadas pelo Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgar Santos (HUPES), que presta serviços de alta complexidade pelo SUS.

No mês de julho, o MEC apresentou uma suposta solução para a situação de asfixia financeira das IFES, provocada pelo próprio governo, o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se. O projeto, elaborado sem consulta a Reitores e sem participação da comunidade acadêmica e vendido como uma proposta de inovação das Universidades e modernização de seus métodos de financiamento, na verdade, visa a:

1. Ruptura do pacto constitucional de financiamento público da Educação Superior, presente no Art.221 da Constituição de 88;
2. Renúncia da autonomia da gestão financeira, patrimonial e administrativa das Universidades (Arts. 207 e 208 da Constituição) a partir da sua terceirização via Organizações Sociais;
3. Esvaziamento da estrutura de gestão atual das IFES – administração central, pró-reitorias, diretorias e departamentos;
4. Criação de fundos privados, ligados a bolsa de valores, para financiamento de atividades de pesquisa;

Apesar do pouco detalhamento em vários pontos do projeto, é possível inferir alguns desdobramentos que, possivelmente, modificarão o modelo de Universidade tal qual concebemos hoje. Por exemplo, a adesão voluntária ao Future-se, como está sendo proposta, geraria ruptura da unidade do sistema de Educação Superior, o que cabe ainda a problematização sobre o que aconteceria com as Universidades que ficarem de fora do programa. Teriam elas seus orçamentos garantidos na integralidade?
Além disso, há o risco de subfinanciamento de áreas e cursos que não se adequam à logica do mercado e, mesmo para aqueles que tem maior potencial de atrair investimentos privados, há risco também de perda da autonomia didático-científica.



O Future-se abre ainda a possibilidade de entrega ao mercado financeiro do patrimônio físico das Universidades (prédios, terrenos e etc.); e também de fragmentação da carreira dos servidores e servidoras: os já concursados poderão ser cedidos como funcionários das Organizações Sociais e poderão ser contratados novas trabalhadoras e trabalhadores via CLT, extinguindo gradualmente os concursos públicos, que hoje garantem isonomia e são fundamentais para manter a independência dos servidores em relação aos governos.

Diante do exposto, nós, comunidade UFBA, nos posicionamos veementemente contra o Future-se. Embora a versão disponibilizada pelo governo seja preliminar e não saibamos se será proposto via Projeto de Lei ou Medida Provisória, ressaltamos que nenhuma proposta de alteração do financiamento das IFES deverá ser discutida antes da recomposição do orçamento de 2019.

Por fim, apontamos aqui princípios inegociáveis em relação às Instituições Federais de Ensino Superior:

- A manutenção do seu caráter público e gratuito com a responsabilização do Estado brasileiro pelo seu financiamento;
- Defesa da autonomia de gestão financeira, administrativa e acadêmica;
- Aumento progressivo do investimento de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação;
- Ampliação do acesso e permanência estudantil com garantia de políticas de assistência e democratização;
- Manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão;
- Mais investimentos em Ciência e Tecnologia e Inovação;
- Condições dignas de trabalho para servidores docentes, técnicos-administrativos e trabalhadoras e trabalhadores em limpeza e vigilância, com a defesa de seus empregos e direitos.
- Contratação de servidores públicos exclusivamente pelo Regime Jurídico Único.

Mais uma vez nos reunimos em defesa da Educação e da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Autônoma e Diversa. Aqui estamos, Professoras(es), Estudantes, Técnico-administrativo em Educação e Trabalhadores(as) da Vigilância, Limpeza e Portaria fazendo um chamado à comunidade UFBA e toda sociedade baiana para fortalecer a nossa resistência e demarcar nossa oposição ao Projeto Future-se.

A universidade muda vidas: lute por ela!

Salvador, 26 de setembro de 2019.

APUB SINDICATO
ASSUFBA Sindicato de luta 38 anos
DCE UFBA diretório central dos estudantes universidade federal da bahia
SINDVIGILANTES/BA
SINDILIMP-BA